

PNAD 2025 - JULHO DE 2026

Acesso à Educação Infantil no Brasil

1. Introdução

No dia 19 de junho de 2026, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados do módulo de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), referentes ao ano de 2025. **Iniciada em 2012, a Pnad Contínua levanta, trimestralmente por meio do questionário básico, informações sobre as características básicas de educação** para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. A partir de 2016, foi introduzido na pesquisa o módulo anual de Educação que, durante o segundo trimestre de cada ano, amplia a investigação dessa temática para todas as pessoas da amostra.

Um dos temas explorados pela pesquisa é o acesso à Educação Infantil, **composta pelas etapas de Creche e Pré-escola, que constitui a primeira etapa da Educação Básica e exerce papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças.** Embora a matrícula em Creche não seja obrigatória, o atendimento às crianças de 0 a 3 anos é um direito assegurado e, portanto, cabe ao poder público garantir a oferta desse serviço a partir da demanda existente. A Pré-escola, por sua vez, destinada às crianças de 4 e 5 anos, é obrigatória desde 2009, a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009. Portanto, a sua universalização deve ser uma prioridade absoluta no país.

A Educação Infantil é responsável por oferecer experiências educativas, interações e cuidados essenciais numa fase decisiva para o desenvolvimento humano. As desigualdades que se manifestam nos primeiros anos de vida tendem a se acumular e se aprofundar ao longo do tempo. Portanto, garantir o acesso equitativo à escola desde os primeiros anos de vida é uma estratégia fundamental para ampliar oportunidades para todas as crianças.

A análise apresenta os resultados da Pnad-C de 2025 em relação ao acesso à Educação Infantil, evidenciando também a série histórica e a evolução ao longo dos anos. Com ela, o Todos Pela Educação busca **contribuir para o monitoramento público de dados educacionais para o fortalecimento do debate e da formulação de políticas voltadas à garantia do direito à educação desde os primeiros anos de vida.**

2. Destaques

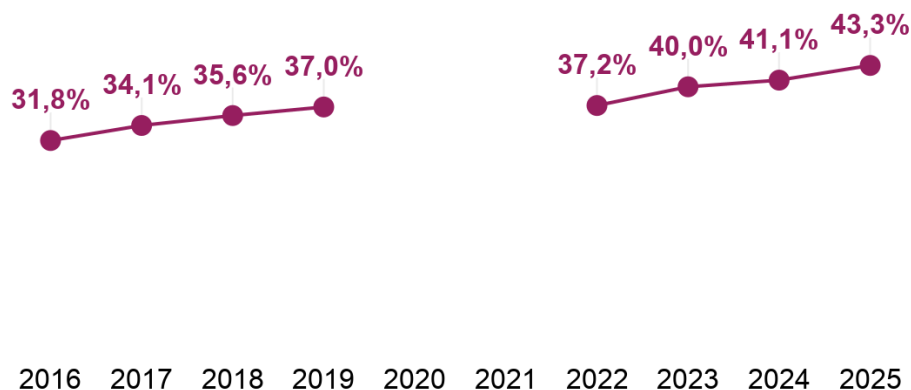
- O acesso à Educação Infantil de crianças de 0 a 3 anos no Brasil tem seguido uma tendência de crescimento desde 2016 e atingiu 43,3% em 2025, o maior percentual da série histórica, mas ainda distante da meta de 50% que o Plano Nacional de Educação (PNE) previa para 2024.
- A taxa de atendimento de crianças de 4 e 5 em 2025 foi de 96,1%, o maior patamar já registrado, chegando próximo à universalização.
- Apesar dos avanços, persistem desigualdades raciais, socioeconômicas e regionais no acesso à Educação Infantil, especialmente para as crianças mais pobres de 0 a 3 anos.

3. Acesso à Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos

3.1 Atendimento no Brasil

A expansão do acesso à Educação Infantil no Brasil tem sido gradual ao longo da última década. **Em 2025, 43,3% das crianças de 0 a 3 anos (cerca de 4,44 milhões) frequentavam a escola, o maior percentual da série histórica**, conforme apresentado pelo gráfico 1. Esse resultado representa um avanço de 11 pontos percentuais em relação a 2016, quando o atendimento alcançava 31,8% das crianças, e de 2,2 pontos percentuais em comparação com 2024 (41,1%). **Apesar dos avanços, o indicador ainda permanece abaixo da meta de 50% de atendimento prevista para 2024 pelo antigo PNE, que esteve vigente até dezembro de 2025.**

Gráfico 1: Evolução da taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos^{1,2}



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Elaboração: Todos Pela Educação.

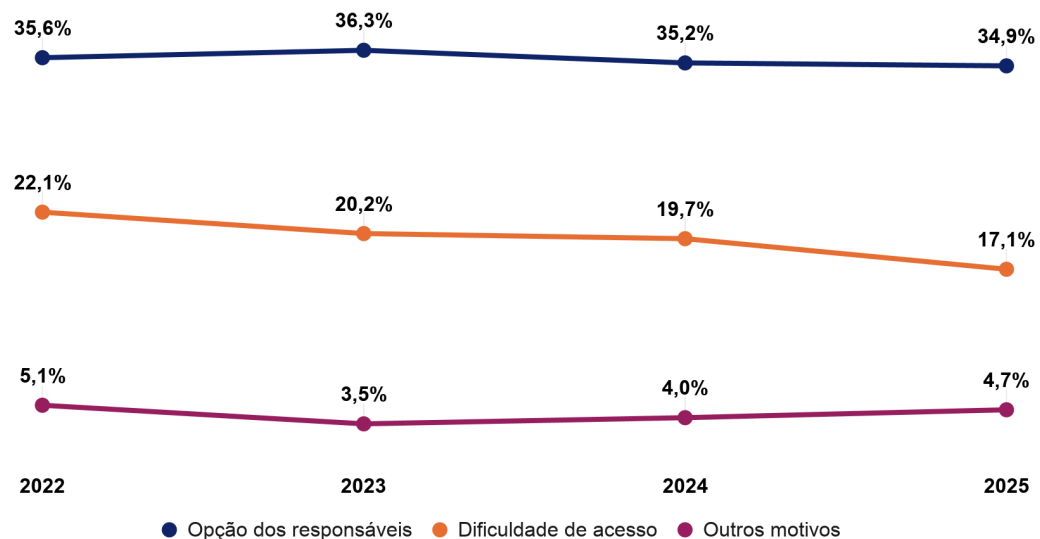
Por se tratar de uma etapa não obrigatória da Educação Básica, é esperado que a taxa de atendimento não atinja 100%, mas é importante compreender quais são os motivos pelos quais as crianças não estão matriculadas. Conforme apresentado pelo gráfico 2, a principal razão para que crianças de 0 a 3 anos não frequentem a escola continua sendo a opção dos responsáveis, motivo apontado por cerca de 35% das famílias ao longo do período analisado, sem variações significativas entre 2022 e 2025. Já a dificuldade de acesso apresentou queda, passando de 22,1% em 2022 para 17,1% em 2025, uma redução

¹ As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Por esse motivo, os dados diferem daqueles divulgados pelo IBGE.

² Devido à pandemia de Covid-19, o IBGE não divulgou o módulo de Educação da Pnad Contínua nos anos de 2020 e 2021, por isso, não temos informações para a Educação Infantil. Conforme a Nota Técnica 02/2025 do IBGE, utilizam-se os resultados reponderados da Pnad-C, o que pode mudar os valores da série histórica.

de 5 pontos percentuais. Mas essa taxa ainda corresponde a 1,75 milhão de crianças, **um número bastante expressivo que demonstra a necessidade de o país seguir promovendo a expansão de vagas.**

Gráfico 2: Motivos de não frequentar a Educação Infantil entre crianças de 0 a 3 anos

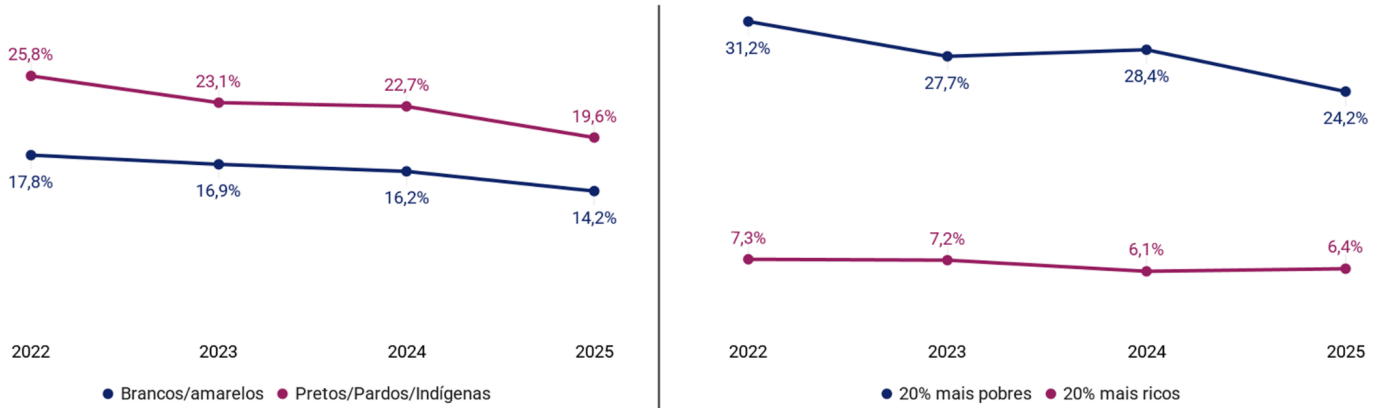


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Elaboração: Todos Pela Educação.

Dificuldade de acesso definida por: falta de escola/creche ou escola distante; falta de vaga na escola/creche; a escola/creche não aceita a criança por causa da idade. Outros motivos incluem: falta de qualidade ou segurança das creches para crianças com deficiência; problema de saúde permanente da criança; falta de dinheiro para mensalidade, transporte, material escolar etc.

Um aspecto particularmente importante desse debate é que **as dificuldades de acesso à escola não afetam todas as crianças da mesma forma.** Conforme evidencia o gráfico 3, há desigualdades expressivas por raça/cor e nível socioeconômico na proporção de crianças de 0 a 3 anos que não frequentam a escola em razão de barreiras de acesso. Em 2025, enquanto 14,2% das crianças brancas e amarelas estavam fora da escola por esse motivo, o percentual chegava a 19,6% entre crianças pretas, pardas e indígenas. As diferenças são ainda mais marcantes quando se observa a renda das famílias: entre os 20% mais pobres, 24,2% das crianças não acessavam a escola por alguma dificuldade de acesso, percentual quatro vezes superior ao registrado entre os 20% mais ricos (6,4%). **Embora os dados indiquem uma redução gradual das dificuldades de acesso ao longo dos últimos anos, as desigualdades permanecem significativas, evidenciando que os obstáculos de acesso atingem de forma mais intensa as populações historicamente mais vulnerabilizadas.** Nesse contexto, a expansão da oferta de vagas deve estar associada a estratégias focalizadas de equidade.

Gráfico 3: Percentual de crianças de 0 a 3 anos que não frequentam a creche devido a dificuldades de acesso



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Elaboração: Todos Pela Educação.

Dificuldade de acesso definida por: falta de escola/creche ou escola distante; falta de vaga na escola/creche; a escola/creche não aceita a criança por causa da idade.

Outro recorte importante a ser analisado é em relação à idade. **Entre os bebês de 0 a 1 ano, 18,9% estavam matriculados em 2025. Outros 23,1% não frequentavam por conta de alguma dificuldade de acesso, o que representa 1,14 milhão de bebês** - essa taxa apresenta uma queda em relação a 2024 (24,8%), mas ainda é 4 p.p. acima do dado registrado em 2016 (18,9%). Entre as crianças de 2 e 3 anos, 65,8% frequentavam a escola em 2025, 3 p.p. acima do registrado em 2024. Aquelas que não frequentavam por alguma dificuldade de acesso eram 11,5% (613,4 mil crianças), o menor valor registrado desde 2016.

23,1%

Dos bebês de 0 a 1 ano não frequentavam a escola devido à alguma **dificuldade de acesso** em 2025.

(18,9% frequentavam a escola)

11,5%

Das crianças de 2 a 3 anos não frequentavam a escola devido à alguma **dificuldade de acesso** em 2025.

(65,8% frequentavam a escola)

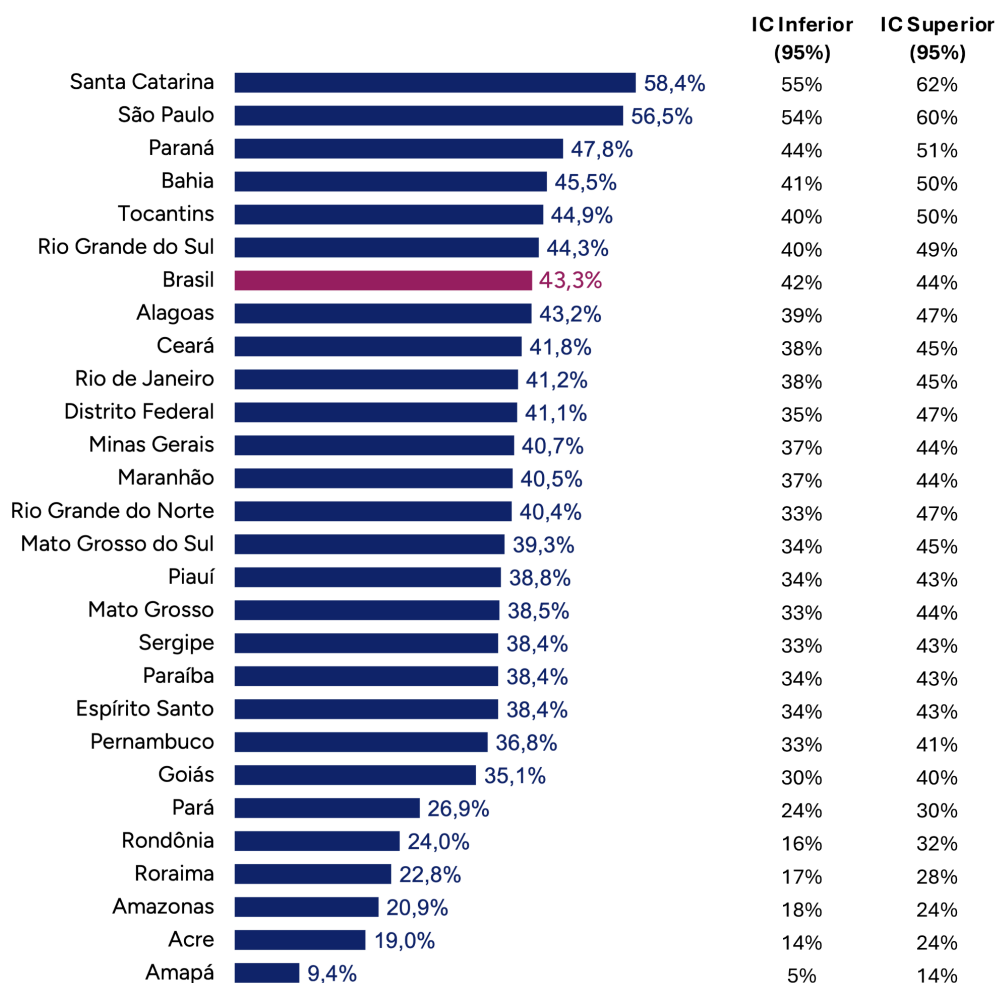
A partir desses dados, é possível trazer outra análise relevante: como já apresentado, em 2025, cerca de 4,44 milhões de crianças de 0 a 3 anos frequentavam a creche ou a escola, o que corresponde a uma taxa de atendimento de 43,3%. Caso as 613,4 mil crianças de 2 e 3 anos que estavam fora da escola por dificuldade de acesso conseguissem uma vaga, o número de crianças atendidas no Brasil passaria para 5,1 milhões, elevando a taxa de atendimento para 49,3%.

Se, além desse grupo, também fossem atendidos os 1,14 milhão de bebês de 0 e 1 ano que não frequentavam a creche por dificuldade de acesso, o total de crianças atendidas chegaria a 6,2 milhões. **Nesse cenário, a taxa de atendimento das crianças de 0 a 3 anos alcançaria 60,4%. Ou seja, para atingir a taxa de atendimento de 60% prevista pelo Novo PNE, é fundamental olhar, igualmente, para o acesso de bebês de 0 a 1 ano e de crianças de 2 a 3 anos.**

3.2 Atendimento por UF

Em 2025, o atendimento de crianças de 0 a 3 anos apresentou profundas desigualdades entre as Unidades da Federação. Enquanto Santa Catarina (58,4%) e São Paulo (56,5%) já ultrapassaram a marca de metade das crianças atendidas, outros estados ainda registram níveis bastante reduzidos de cobertura. Os estados da Região Norte apresentam os menores percentuais do país, com destaque para o Amapá (9,4%), Acre (19,0%), Amazonas (20,9%) e Roraima (22,8%). **A diferença entre o estado com maior e o com menor acesso é de 49 p.p., evidenciando que as oportunidades de acesso à Educação Infantil ainda são fortemente condicionadas pelo território.**

As desigualdades também estão presentes quando são analisados os motivos pelos quais as crianças não acessam a Educação Infantil. **Em 2025, apenas 9% das crianças de Santa Catarina e 10% das crianças de São Paulo não acessavam a escola devido a alguma dificuldade de acesso. No Pará, esse percentual era de 31% e no Acre de 39%**

Gráfico 4: Taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos por UF (2025)³


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Elaboração: Todos Pela Educação.

4. Acesso à Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos

4.1 Atendimento no Brasil

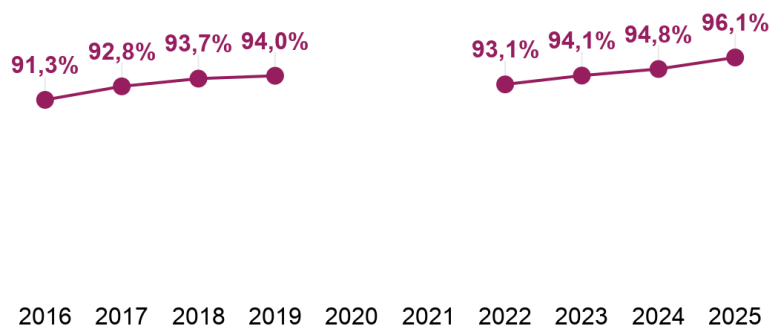
A taxa de atendimento escolar das crianças de 4 e 5 anos no Brasil apresentou trajetória de crescimento ao longo da última década, consolidando avanços importantes. Após passar de 91,3% em 2016 para 94,0% em 2019, o indicador registrou uma leve retração em 2022 (93,1%), possivelmente refletindo os

³ Nessa desagregação, a margem de erro da Pnad-Contínua (IBGE), que é uma pesquisa amostral, é mais elevada do que nos dados nacionais vistos na seção anterior. Por isso, os resultados são trazidos junto a seus intervalos de confiança de 95%. Esse intervalo significa que, se a pesquisa fosse repetida muitas vezes, em 95 de cada 100 vezes os resultados cairiam dentro da faixa que o IBGE apresenta.

impactos da pandemia. **Nos anos seguintes, contudo, o país retomou a tendência de expansão, alcançando 94,1% em 2023, 94,8% em 2024 e 96,1% em 2025, o maior percentual da série histórica.** O resultado evidencia que o Brasil está cada vez mais próximo da universalização do atendimento na primeira etapa obrigatória da Educação Básica.

Ainda que existam avanços, é importante destacar que cerca de 4% das crianças de 4 e 5 anos ainda permanecem fora da escola, o que representa 219 mil crianças. Entre os 20% mais ricos, 0,4% não frequentam a escola por conta de alguma dificuldade de acesso, sendo este percentual de 2,5% entre os 20% mais pobres — apesar de persistirem as desigualdades, essa é a menor taxa registrada desde 2016.

Gráfico 5: Evolução da taxa de atendimento de crianças de 4 e 5 anos^{4,5}



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Elaboração: Todos Pela Educação.

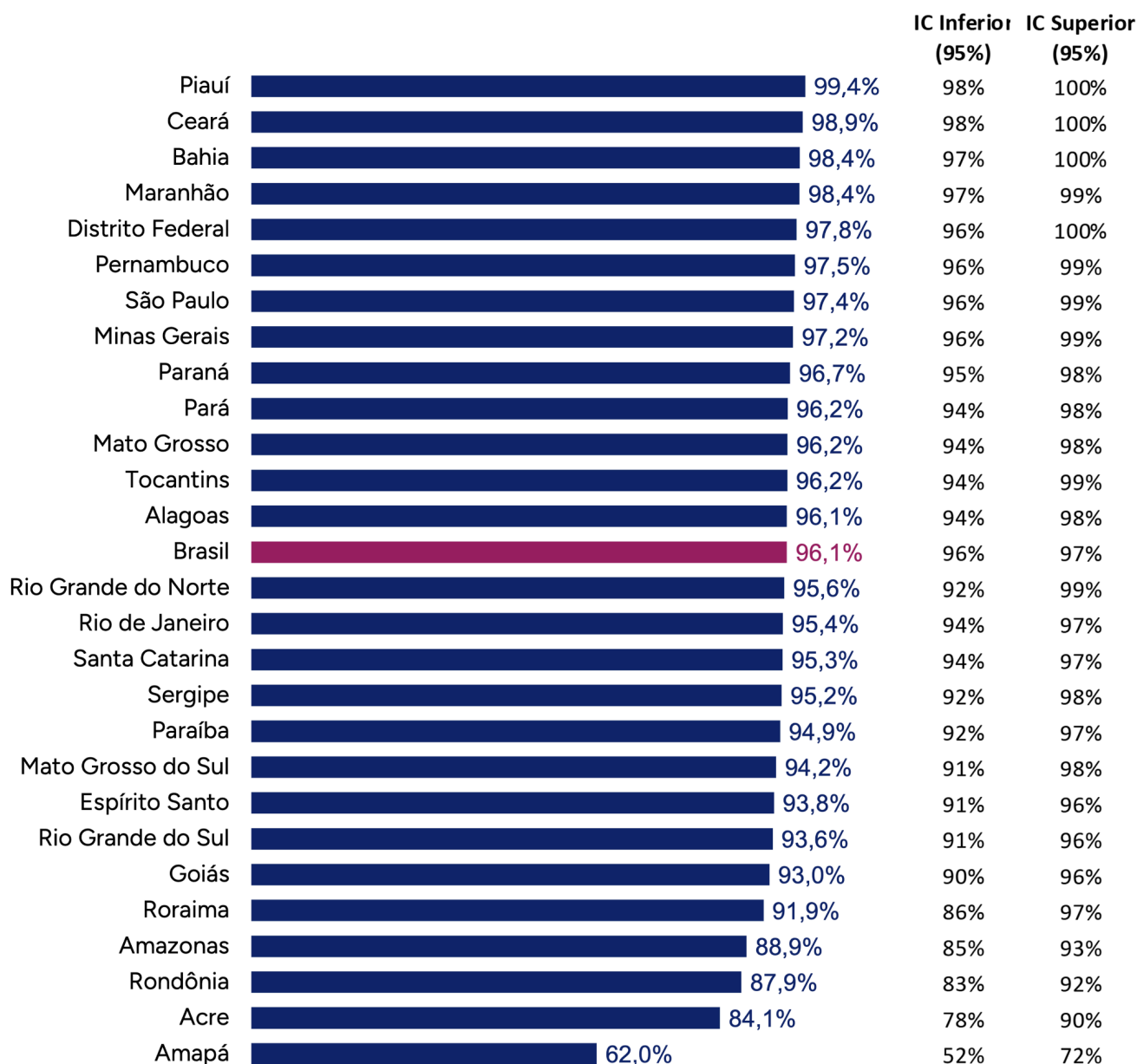
⁴ As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar. Por esse motivo, os dados diferem daqueles divulgados pelo IBGE.

⁵ Por causa da pandemia de Covid-19, o IBGE não divulgou o módulo Educação da Pnad Contínua em 2020 e 2021, impossibilitando análises da Educação Infantil.

4.2 Atendimento por UF

Assim como na faixa etária de 0 a 3 anos, o **acesso à escola das crianças de 4 e 5 anos também apresenta grandes desigualdades entre os estados**, conforme ilustrado pelo gráfico 6.

Gráfico 6: Taxa de atendimento das crianças de 4 a 5 anos por UF ⁶



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Elaboração: Todos Pela Educação.

⁶ Nessa desagregação, a margem de erro da Pnad-Contínua (IBGE), que é uma pesquisa amostral, é mais elevada do que nos dados nacionais vistos na seção anterior. Por isso, os resultados são trazidos junto a seus intervalos de confiança de 95%. Esse intervalo significa que, se a pesquisa fosse repetida muitas vezes, em 95 de cada 100 vezes os resultados cairiam dentro da faixa que o IBGE apresenta.

5. Considerações finais

Os dados apresentados nesta nota técnica evidenciam avanços importantes no acesso à Educação Infantil no Brasil. **Esses resultados merecem ser reconhecidos, especialmente porque esta etapa da Educação Básica desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças,** contribuindo para seu desenvolvimento cognitivo, socioemocional e físico, além de constituir uma base essencial para as aprendizagens futuras.

Entretanto, apesar dos avanços observados, os desafios ainda são significativos, sobretudo no atendimento às crianças de 0 a 3 anos. **O percentual de matrículas nessa faixa etária segue abaixo das metas estabelecidas nacionalmente, reforçando a necessidade de ampliar os investimentos e fortalecer políticas públicas que acelerem a expansão da oferta de vagas com qualidade.** Também é fundamental que a ampliação do acesso, tanto na Creche quanto na Pré-escola, tenha atenção prioritária para a redução das desigualdades históricas e persistentes no Brasil.

Os dados mostram que as dificuldades de acesso à Educação Infantil são mais intensas entre crianças pretas, pardas e indígenas, entre aquelas pertencentes às famílias de menor renda e entre residentes de algumas regiões específicas. Assim, **o enfrentamento das desigualdades raciais, socioeconômicas e regionais deve ocupar lugar central na formulação e implementação das políticas para a Educação Infantil, de modo que os avanços observados alcancem as crianças que mais precisam.**

Além de ampliar o acesso, é fundamental **garantir a qualidade da oferta, com infraestrutura adequada, propostas pedagógicas consistentes e profissionais valorizados e bem formados. Diante das profundas desigualdades territoriais existentes no país, é essencial fortalecer o regime de colaboração,** com o governo federal e os governos estaduais ampliando o apoio técnico e financeiro às redes municipais. O tema deve, portanto, ocupar lugar central na agenda educacional brasileira, de forma a assegurar que todas as crianças, independentemente do local onde vivem, tenham acesso a uma educação de qualidade.